



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Administração Penitenciária
Complexo Penal II de Pacaembu - Seção de Finanças e Suprimentos**

Contrato

COMPLEXO PENAL II DE PACAEMBU

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006.00080976/2026-36

CODIGO ÚNICO Nº 20260185165

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026- CP II PAC (CDP I E CDP II DE PACAEMBU)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026 ,
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA, PELA COORDENADORIA DE
EXECUÇÃO PENAL DA REGIÃO OESTE DO ESTADO,
PELO COMPLEXO PENAL II DE PACAEMBU E **JOSÉ
GALDINO DOS SANTOS**, PARA A AQUISIÇÃO DE
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR PARA ATENDER O PROGRAMA PAULISTA
DA AGRICULTURA DE INTERESSE SOCIAL – PPAIS.

Aos 14 dias do mês de abril do ano de 2.026, nesta cidade de Pacaembu, comparecem de um lado o Estado de São Paulo, Secretaria de Administração Penitenciária, pela Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado por intermédio do Complexo Penal II de Pacaembu , inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 96.291.141/0176-60, neste ato representada pelo Senhor **RODRIGO ANTÔNIO FELLISSIANI**, RG nº 33.100.356-9 e CPF nº 264.221.528-84, doravante designado simplesmente Contratante, e, de outro lado, **JOSÉ GALDINO DOS SANTOS** (Agricultor Familiar), com sede na Rua Rui Barbosa, nº 444, Centro, CEP 17.800-000, Adamantina/SP, inscrito/a no CNPJ/MF Rural nº 20.082.007/0002-98, RG 8.090.329, CPF nº 540.468.908-00, doravante designado Contratado, e pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, que em face da autorização da inexigibilidade da licitação constante no Processo SEI 006.00080976/2026-36, nos termos do [artigo 74](#), [inciso IV, c.c. o artigo 79 da Lei Federal nº 14.133](#), pelo presente instrumento avençam um contrato de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para atender o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS, sujeitando-se às normas da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), [Decreto Estadual nº 68.304/2024](#) e demais normas regulamentares à espécie, inclusive a [Lei estadual nº 14.591/2011](#), regulamentada pelo [Decreto nº 57.755/2012](#) alterados pelo [Decreto nº 60.055/2014](#), [Decreto nº 62.282/2016](#), e [Decreto nº 68.734/2024](#) e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

1-CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a aquisição de **159 (cento e cinquenta e nove) quilogramas de Abobrinha, 210 (duzentos e dez) quilogramas de Pepino e 1.170 (mil cento e setenta) quilogramas de Tomate, (Gênero Alimentício)** em conformidade com as Especificações e Quantidades (Anexo I) e Proposta de Venda da CONTRATADA (Anexo III), que integram o presente contrato como se nele estivessem transcritos.

2-CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, PERÍODO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

1. O objeto da presente contratação será entregue parceladamente, nos prazos e locais determinados pela CONTRATANTE, conforme cronograma de fornecimento Anexo I do presente contrato;
2. A Comissão de recepção de Material, no momento da entrega dos produtos, irá verificar se eles estão em conformidade com as especificações contidas no Edital, tendo o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para exigir as devidas substituições ou complementações;
3. Serão rejeitados no momento do recebimento os produtos que estiverem em desacordo com as especificações do Edital, e não forem substituídos e/ou complementados na forma e prazo estipulados no subitem 5, do item VII, do Edital de Chamada Pública;
4. O recebimento dos gêneros alimentícios será formalizado com o Atestado de Recebimento Definitivo, conforme modelo apresentado no Anexo III.

3-CLÁUSULA TERCEIRA – DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA

A CONTRATADA compromete-se a observar o limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar de até R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) por DCONP/ano, sendo aplicável o referido teto de forma individualizada para o Programa PPAIS (R\$ 104.000,00) para produtos “in natura” e (R\$ 104.000,00) para o subprograma “Leite e Derivados”.

4-CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Atendimento a todas as exigências legais e regulamentares, em especial a da [Lei estadual nº 14.591/2011](#), o [Decreto nº 57.755/2012](#), alterado pelo [Decreto nº 60.055/2014](#),, nº [nº 62.282/2016](#) e [Decreto nº 68.734](#), de 27 de julho de 2024, bem como as Deliberações da Comissão Gestora do PPAIS, principalmente, no que se refere às exigências:
 - a. para expedição da Declaração de Conformidade ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - DCONP;
 - b. de aptidão para participar da Chamada Pública - certificando não ter ultrapassado o limite de R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) por DCONP/ano, sendo aplicável o referido teto de forma individualizada para o Programa PPAIS (R\$ 104.000,00) para produtos “in natura” e (R\$

104.000,00) para o subprograma “Leite e Derivados”.

c. contidas na proposta de venda do(s) produto(s);

2. Fornecer os gêneros alimentícios, conforme descrição completa do produto contida no Anexo I do Edital – Especificações e Quantidades;

3. Acondicionar os itens em caixas ou outros tipos de embalagens aceitas pela legislação que garantam a integridade do produto durante o transporte e armazenamento;

3.1. No caso de produtos hortícolas apresentados em embalagens com pacotes será admitida uma tolerância no peso de embalagem de 5% a 10%. Entretanto, o quantitativo total da embalagem de acondicionamento dos pacotes deve coincidir com o especificado no documento fiscal no ato da entrega;

4. Utilizar o mesmo número de CPF indicado na habilitação em todos os documentos, inclusive na nota fiscal;

5. Abster-se de contratar menores de 18 (dezoito) anos para trabalharem em período noturno e em locais perigosos ou insalubres, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) ano sem respeito ao disposto no [inciso VI do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), o qual faz referência ao [inciso XXXIII do artigo 7º da CF/88](#).

5-CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Adquirir os gêneros alimentícios nos termos e condições definidos na Chamada Pública;

2. Providenciar o pagamento das faturas aprovadas;

3. Indicar, formalmente, o funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

4. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados, que interfiram na execução do contrato;

6-CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

Pelo fornecimento dos Gêneros Alimentícios, constantes do Anexo I, a CONTRATADA receberá o valor total de **R\$ 6.441,03 (seis mil, quatrocentos e quarenta e um reais e três centavos)**.

Parágrafo único - No valor contratado estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

7-CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta do orçamento de 2026, nos termos seguintes - Dotação Orçamentária: 14.421.3815.6579.0000 PTRES 380328; Fonte de Recurso: 150.010.001, UGE 380.274, ND 33.90.30.11 PPAIS.

8-CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento do valor do objeto contratado por meio de crédito aberto em conta corrente do Banco do Brasil em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, à vista do respectivo Atestado de Recebimento Definitivo – Anexo IV, (art. 2º do Decreto nº 32.117, de 10/08/1990, com redação dada pelo Decreto estadual nº 43.914, de 26/03/1999), observadas e cumpridas pela CONTRATADA as seguintes exigências:

1. As notas fiscais/faturas devem ser emitidas, indicando o mês de referência, a quantidade, o valor unitário e o valor total de cada produto.
2. O CPF constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta de venda.
3. No corpo da nota fiscal/fatura deve constar os dados bancários (banco, agência e conta corrente);

§ 1º Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

§2º Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção nos termos do bem como juros moratórios, à razão de 0,5%(meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado; salvo em se tratando de atraso nos pagamentos referentes aos primeiros meses do exercício, decorrente de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos ou outras questões correlatas, hipóteses em que será facultado ao contratante pagar os valores vencidos assim que regularizada a situação.

§3º Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no **Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL**, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento;

§4º O preço permanecerá fixo e irrevogável.

9-CLÁUSULA NONA – DO ARQUIVAMENTO DE NOTAS FISCAIS

A CONTRATADA deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais/Faturas, ou congênere, dos produtos constantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS, estando à disposição para comprovação.

A CONTRATANTE se compromete a guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais/Faturas, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

10-CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DANOS

É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

11-CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato nos casos permitidos em lei;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão da CONTRATADA;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

12-CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, o não cumprimento por parte do Credenciado das obrigações assumidas, sujeitará às sanções administrativas previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), e demais normas legais aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação do empenho ou da extinção do instrumento contratual, resguardado direito à ampla defesa.

2. As infrações, sanções administrativas e recursos encontram-se previstos nos [artigos 155 a 163, e 164 a 166 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

13-CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou

supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o que preceitua o [artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), formalizando através de termo de aditamento.

14-CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O Contrato será extinto, quando constituídos os motivos constantes nos [artigos 137 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), sendo que a extinção determinada por ato unilateral da Administração, quando o caso, poderá acarretar as consequências dispostas nos [incisos I ao IV do artigo 139 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), sem prejuízo das sanções previstas no [artigo 156](#) do mesmo diploma legal.

Nos termos do [§2º do artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a devolução da garantia (quando exigida); pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; pagamento do custo da desmobilização.

15-CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo período de maio a agosto de 2026.

16-CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O presente Contrato rege-se pela [Lei Federal nº 14.133/2021](#), nos termos do [artigo 74, inciso IV, c.c. o artigo 79, Decreto Estadual nº 68.304/2024, Lei estadual n.º 14.591, de 14 de outubro de 2011, Decreto Estadual n.º 57.755, de 24 de janeiro de 2012, Decreto nº 66.951, de 7 de julho de 2022, Decreto Estadual 62.282, de 02 de dezembro de 2016, Decreto 68.734, de 27 de julho de 2024](#), e demais diplomas legais regulamentares, que se aplicam, inclusive, em relação aos casos omissos.

2. Sem prejuízo das demais obrigações convencionais e legais, a CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na Chamada Pública que deram origem ao presente instrumento.

3. Fica ajustado, ainda, que:

I - Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a) [Edital da Chamada Pública](#)
- b) [Proposta Apresentada pela Contratada](#)
- c) [Anexo I do Edital - Especificações e Quantidade](#)

17-CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito, desde já, competente o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões oriundas ou relativas à aplicação deste contrato não resolvidas na esfera administrativa.

Pacaembu, na data da assinatura digital.

RODRIGO ANTONIO FELLISSIANI

RG nº 33.100.356-9

CPF nº 264.221.528-84

Chefe de Departamento

Representante legal do CONTRATANTE

JOSÉ GALDINO DOS SANTOS

RG nº 8.090.329

CPF nº 540.468.908-00

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- ANDRÉ SOUZA CORREIA

RG: 32.700.482-7

CPF: 296.877.118-33

2- HELDER DE CINQUE

CIN: 417.090.228-92



Documento assinado eletronicamente por **Andre Souza Correia, Policial Penal**, em 13/05/2026, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helder De Cinque, Policial Penal IV**, em 13/05/2026, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Antonio Fellissiani, Chefe de Departamento - Complexo Penal**, em 13/05/2026, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE GALDINO DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 14/05/2026, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0107187691 e o código CRC 995E75CE.